

# Govêrno forte

RAUL PILLA

**D**EIXEMOS por momentos a planície desolada, onde os mais altos e fundamentais problemas são discutidos à luz de interesses, ou pessoais ou ocasionais, e lancemos um olhar à França, tão desconhecida na sua história e nas suas instituições, apesar de tão frequentada pelos viajantes.

Vigora, ali, o sistema parlamentar, mas sistema em que, abandonado em certos pontos o modelo britânico, chega ao máximo a instabilidade ministerial. Se, como supõem os presidencialistas indígenas, é o parlamentar um govêrno fraco, ao mais alto grau de fraqueza devera êle ter chegado na França. Govêrno essencialmente débil, mais débil ainda seria êle naquele país, por sua maior instabilidade.

Entretanto, que acabamos de ver ali? Que, preparada pelos comunistas uma verdadeira revolução destinada a derrubar o govêrno e destruir as instituições democráticas, o gabinete do sr. Antoine Pinay dominou facilmente a insurreição, sem pedir sequer o estado de sítio, a que, por muito menos, se recorreria entre nós. Poder-se-á dizer fraco o govêrno de um modesto burguês, sem dragonas, nem espada, que assim debela uma revolução preparada por hábeis e poderosos adversários?

Não. Eu já o disse e não me canso de repetir: não há govêrno democrático mais forte que o parlamentar, pois implica sempre que o gabinete disponha da confiança do parlamento e da nação por êste representada. Com tal apoio, pode muito, pode tudo quanto não lhe seja vedado pela Constituição. Mas somente será forte, enquanto tenha semelhante apoio. Perdendo-o, não se debilita, por uma razão muito simples: deixa de ser govêrno.

O que não pode ser é govêrno de fôrça, isto é, govêrno que, em vez de baseado no expresso e constante consentimento da nação, se sustenta, contra ela, pela fôrça material de que se tornou depositário. Será mister demonstrar a debilidade ingênita de semelhantes govêrnos, num continente, onde tão frequentes são os golpes e revoluções?